

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO

Jayme Magrassi de Sá

É com satisfação e honra que volto à Escola de Guerra Naval, para esta palestra.

Para abordar o tema que me foi atribuído, farei, como primeira parte, pequeno resumo de minha palestra anterior nesta Escola, em que teci considerações sobre problemas do desenvolvimento econômico. Numa segunda parte, abordarei o fenômeno da inflação, apresentando, ao final, algumas conclusões sobre o caso brasileiro.

I — EVOLUÇÃO ESTRUTURAL

Na fase atual da chamada Civilização Industrial, podemos classificar em três os tipos básicos de estrutura econômica — I) a primária; II) a secundária e a III) denominada economia mista. A primeira tem como setor predominante a produção agromineral, isto é, o setor agropecuário e o setor mineral. Não ocorre praticamente produção industrial, a não ser em ramos rudimentares e quase que na base do artesanato. No caso, poder-se-ia dizer que a atividade industrial se apresenta como que marginal dentro do contexto econômico.

Numa estrutura secundária, o setor industrial é o elemento mais importante na formação da Renda Nacional. Praticamente, as atividades primárias são, a bem dizer, fragmentos dentro do processo econômico.

A estrutura mista é aquela que apresenta os dois setores — primário e secundário — com razoável nível de desenvolvimento. O que caracteriza fundamentalmente uma economia primária é a percentagem da mão-de-obra, ou melhor, a força de trabalho que ela absorve. Se pudéssemos observar, constantemente, a evolução da estrutura demográfica de um país, e registrarmos a percentagem da força de trabalho ocupada no campo e nas cidades, cujo crescimento em ritmo acentuado acompanha as concentrações industriais, poderíamos ter indicador bastante razoável de como vai evoluindo a economia do ponto-de-vista estrutural.

Devo registrar que numa economia secundária ocorre fenômeno característico: a concentração industrial, na forma de grandes centros urbanos. Não é concebível,

digamos assim, estrutura industrial pulverizada por grande extensão geográfica, sobretudo quando se consideram indústrias de dimensões largas. A atividade industrial exige, em si mesma, determinados fatores básicos, que fazem com que as concentrações se formem, pois esse tipo de atividade passa, imediatamente, a carrear para si e para os serviços auxiliares que requer, grande percentagem da população economicamente ocupada.

As características dos três tipos de estruturas citadas acima, poderiam ser apresentadas da seguinte forma: numa economia primária, temos, como um dos fatores decisivos, as chamadas **ondas de consumo**. As economias primárias, sobretudo as de caráter essencialmente agrícola, são moduladas em seu funcionamento pela periodicidade das safras. No lapso de tempo em que as safras se formam, há um fluxo de recursos financeiros, que constituem veículos de poder de compra e que se transformam, por sua natureza, numa **onda de consumo**. Essa ondulação do consumo é também bastante característica em sua periodicidade. Esse tipo de economia acusa, ademais, de um modo geral, relativa dificuldade para absorver os novos contingentes demográficos quando apresentando, simultaneamente, aumento crescente de produtividade e isso porque a produção agrária tende

a melhorar seus índices de produtividade mediante introdução de novas técnicas e, por via de consequência, liberando braços, ou, na melhor das hipóteses, mantendo o contingente de mão-de-obra que utiliza.

Consigne-se, ainda, o fato de haver relativa incapacidade do mercado interno na economia primária, pelo menos em nível indispensável para promover satisfatória e permanentemente sua expansão. E porque razão? A demanda de produtos primários, isto é, o consumo desses produtos, é função de duas coisas: 1º) do chamado nível fisiológico (ninguém come duas véses se satisfeito com uma, só porque existe o alimento); 2º) o indivíduo comerá melhor, se, para isto, tiver carência orgânica e o fará na medida de sua capacidade em termos de renda, respeitado, porém, o limite imposto pela capacidade fisiológica. A conjugação dessas duas condicionantes, mas sobretudo a capacidade orgânica, tende a limitar as dimensões do mercado interno de uma economia exclusivamente primária. E daí decorre não ser esse tipo de economia, em geral, abundante no que diz respeito à ampliação do poder global de compra, inclusive porque uma parte enorme da população localiza-se no campo, onde existem hábitos de vida mais ou menos definidos e de débil mutabilidade. Assim, com a evolução do consumo essencial condiciona-

da pelo império fisiológico, a economia como um todo, quando repousada apenas sobre o setor primário, tende a acusar verdadeiros **platôs** de desenvolvimento, transferindo para os mercados externos a aquisição de produtos não-agrícolas de consumo final. Depois de certo estágio, é difícil possa ela desenvolver, dentro de si mesma, estímulos para sua expansão **progressiva**. Passa a depender cada vez mais de mercados externos em expansão para seus próprios produtos, o que é de concretização relativa.

Finalmente, há que evidenciar a necessidade do avanço gradual e da adaptação de técnica própria aos cultivos agrícolas específicos.

A agricultura é setor panorâmico. Temos agricultura de clima frio, temos agricultura de clima tropical, temos agricultura de clima temperado. Cada uma delas exige técnica específica, apropriada. Não se pode pensar mais numa técnica homogênea para o desenvolvimento de uma estrutura de produção agrícola, quando esta é variada em sua composição. O avanço gradual e a adaptação técnica requerem tempo e são de resultados gradativos.

De tudo isso se pode inferir que uma economia exclusivamente primária tende à auto-limitação em matéria de expansão e de nível de emprêgo.

*

As principais características do setor secundário da economia são as seguintes: 1ª) a continuidade do processo de produção, o que difere diametralmente da produção primária, onde é **ondulado**, em função da periodicidade das safras. Não existe, no setor secundário, a sazonalidade imanente às safras, pois a produção industrial é contínua, exigindo, como tal, demanda permanente, funcionamento contínuo do sistema de transporte, abastecimento contínuo de matéria-prima, etc., fatos que trazem problemas difíceis e bem diferentes dos de uma economia primária.

Não é possível pensar numa economia industrial sem pensar nos serviços básicos apropriados à sua própria estrutura. Devem existir serviços de transportes funcionando permanentemente, serviços financeiros adequados e funcionando permanentemente e suprimento de matéria-primas funcionando permanentemente. Há que se contar com mercado em expansão contínua, ou, o que é o mesmo, com uma demanda global em crescimento permanente. Qualquer parada no processo de produção industrial, que compreende desde os serviços básicos à demanda final, significa perdas tremendas de rendimento e de produtividade; 2ª) a exigência de quantidades enormes de capital, pois todo o avanço industrial requer aplicações elevadas, investimen-

tos maciços, ou, como se costuma dizer em economia e em tѐrmos gerais, alta densidade de capital por unidade de Produção; 3ª) necessidade, também muito ativa, de tecnologia, que é de progresso dinâmico, porque o avanço da ciência não pára; um parque industrial que se instala precisa ter, como autêntico **fator de produção**, tecnologia que evolua também, sem o que se desajusta rapidamente em relação a terceiros ou obriga a crescentes dispêndios externos com a importação de “know how”; e, finalmente, 4ª característica, severa exigência de mão-de-obra especializada, de formação especial em seus diversos escalões. A medida que o processo industrial se adensa, que se torna mais complexo, a formação da mão-de-obra evolui como problema a mais e mais difícil, porque não é apenas transformar a mão-de-obra não qualificada, a mão-de-obra primária em elemento capaz de movimentar máquinas; é necessário fazer o capataz, o mestre, o técnico, de sorte que, em todos os seus escalões, a força-de-trabalho exige uma preparação muito intensa e dispendiosa.

A economia mista pode ser caracterizada por relativo equilíbrio de dimensões entre o setor primário e o setor secundário, ou por uma participação significativa de cada um na formação do Produto Bruto, bem como por uma expansão gradual, harmônica e integra-

da, do mercado interno — indústria como mercado progressivo para a agricultura e agricultura como mercado progressivo para a indústria; e cujo somatório oferece demanda para outras atividades produtoras de bens e serviços.

O mercado nacional transforma-se, assim, num todo que ostenta as condições básicas para progressivo desenvolvimento da própria economia também como um todo. Mas, há um ponto nevrálgico na economia mista: é a sua sensibilidade conjuntural. De fato, esse tipo de economia é muito sensível a certos fenômenos circunstanciais. A exemplo, uma economia em que o setor industrial seja desenvolvido e o setor agrícola também, torna-se muito sensível a pequenas variações na demanda global. Basta o cerceamento de crédito, ou, ao contrário, a expansão do crédito, para, imediatamente, acusarem-se sinais de tendência à deflação ou à inflação. Assim, uma economia mista é muito mais sensível do que uma economia primária e do que uma economia secundária, porque cada uma dessas tem os seus freios próprios, dadas as suas próprias limitações. É numa economia mista que desabrocha, em todo o seu esplendor, a importância da política econômica, não só para contra-arrestar os males gerados no bôjo do processo econômico, e para cauterizar os reflexos de outros fenômenos, exógenos ao processo, que

advenham e que a ameacem em seu ritmo de funcionamento, como para ordenar ou disciplinar a própria evolução da conjuntura ou ritmo dos negócios.

A técnica econômica moderna costuma incluir nas estruturas econômicas um setor relativamente nôvo o chamado setor terciário ou dos serviços subsidiários.

Não qualifica, por si, tal setor, um tipo de economia. A economia primária, a economia secundária, a economia mista, cada uma delas precisa de serviços, sendo que a secundária e a mista de um verdadeiro complexo de serviços subsidiários, tais como o transporte financeiro da produção ou o crédito, isto é, os bancos, e o transporte comercial, isto é o comércio, além de certos serviços que poderíamos dizer de caráter econômico-social. Numa economia de baixo nível de renda «per capita», que costumamos chamar de subdesenvolvida, quando êstes serviços sociais crescem muito, quando vemos, por exemplo, o comércio se desenvolver muito e os bancos crescerem violentamente, os serviços sociais abundarem, podemos estar certos de que a evolução se está distorcendo; porque são recursos escassos que deixam de ir para a produção fundamental e fluem para a produção de serviços acessórios, que se tornam quase um requinte em estágio estrutural e de Renda que não comporta,

de fato, tôda essa gama de serviços, ou pelo menos não os comporta nas dimensões por êles alcançadas. Contrário senso, numa economia desenvolvida, em que há abundância de recursos mobilizáveis, o desenvolvimento do setor terciário significa: 1.º) dar oportunidade de emprego e de inversão à ampla disponibilidade de fatores que existe em países economicamente fortes e; 2.º) aperfeiçoar o próprio mecanismo econômico, sem retirar fatores indispensáveis a outras atividades. Nesse caso, o chamado setor terciário torna-se de importância econômica inquestionável.

Há ainda um outro tipo de serviço econômico que não deve ser confundido com os anteriores, nem com estrutura econômica. É o que em linguagem de Economia se denomina, usando termo inglês, “social overhead costs”, ou, num esforço de tradução, “custo dos serviços sociais de base”, necessários a todos os tipos de economia, de acôrdo, naturalmente, com a configuração de cada tipo. São os investimentos em saúde, educação e demais serviços de assistência, que constituem a base da vida coletiva. Nesses campos, o importante é dosar o volume de investimento. Não só é necessário evitar que o campo da saúde, o da educação, o da moradia, ou ainda o conforto social em termos de saneamento, etc., fiquem aquém da evolução da economia como um

todo, mas evitar também que avancem em ritmo mais rápido do que pode suportar a própria estrutura econômica e a disponibilidade de recursos. O que se deve deixar bem claro, é que êsse constitui um campo à parte; não é estrutura econômica propriamente dita, mas “custos sociais” imanentes a cada tipo de economia, dentro de configuração própria de cada tipo.

Como evoluir de uma economia primária para uma economia secundária?

As exigências são múltiplas.

A primeira delas, é o esforço de investimento ou contenção relativa do consumo. Êste é um dos pontos que neste País mais se recalitra em reconhecer. Não é possível investir e consumir mais ao mesmo tempo, com um dado nível ou teor de Renda. Ê mesmo totalmente impossível, pois, o **bôlo** na riqueza que se produz anualmente tem repartição clara.

Vamos «figurar» o **bôlo**. Se o fizermos em conjunto, aqui, e resolvermos utilizá-lo como matéria-prima para outro **bôlo**, o que temos de fazer é deixar de consumi-lo, no sentido de comê-lo. Se quisermos comê-lo, temos que deixar de pensar no outro **bôlo**; ou então, vamos pensar em saciar um terço ou uma parcela “x” da nossa fome e o resto investir, no caso sinôni-

mo de fazer o outro **bôlo**, que será, naturalmente, nesse caso, algo menor que o anterior, a menos que encontremos técnica capaz de aumentar o nosso rendimento. O que não é possível, é pensar em investir mais e consumir mais ao mesmo tempo. Ê êste esforço de investimento que obriga a uma **contenção relativa** do consumo. O consumo não se pode expandir mais do que o permita a taxa de investimento necessária a uma dada reprodução da Renda. Cometemos, neste País, e de maneira violenta, tal engano, o que representa parte bastante ativa na responsabilidade da inflação. Investir mais e tentar consumir mais ao mesmo tempo é o modo fácil e simples de não ampliar a Renda real, e de fazer crescer a Renda nominal — de inflacionar, portanto.

A segunda exigência, é a programação dos investimentos. Uma estrutura industrial não é de gestação espontânea em ritmo conveniente e forma necessária, e, ainda que o fôsse, traria necessariamente implícitas imperfeições e desequilíbrios. Deve obedecer, pois, a uma evolução programada. Assim, o segundo requisito, é a programação dos investimentos. Programação indicatória e objetiva, e não modelos dissociados da realidade.

Se se quer atingir a uma verdadeira estrutura industrial, pre-

cisa-se ter infra-estrutura econômica: energia, transporte, portos etc. Carecem-se de indústrias de base: a siderurgia, os minerais não metálicos, os bens de equipamento, a indústria química pesada e, assim por diante. E, finalmente, precisa-se programar a complementação do parque industrial, para que lacunas graves não promovam ociosidades de fatores instalados, interrupções do sistema econômico e perdas de produtividade. Programação, é a segunda exigência do desenvolvimento nesta fase da Civilização.

A terceira, e esta depois de certo grau de industrialização, é a disponibilidade de tecnologia. Não se faz evoluir um parque industrial sem ter técnicos e sem técnica. Não é apenas implantando uma usina, uma fábrica, um equipamento integrado, que se vai fazê-los funcionarem. Operar uma indústria siderúrgica, por exemplo, é problema sério; é problema que exige formação tecnológica. Este, outro ponto em relação ao qual, neste País, lamentavelmente, estamos nos retardando. Não temos formação tecnológica, pelo menos em grau suficiente. Recentemente despertamos para o fato, crendo de meu dever assinalar a atividade pioneira do BNDE com o FUNTEC — Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico.

A quarta exigência é a correção (ou o impedimento) dos desequilíbrios setoriais. Ao longo de um processo de industrialização naturalmente se formam desequilíbrios, tanto mais acentuados quanto mais fraca a programação e mais imprecisa a política econômica. A evolução do setor agrícola em relação a do industrial e a evolução do próprio setor industrial tendem a acusar desequilíbrios muitos fortes. Em ocorrendo êstes torna-se necessário corrigi-los sem delongas.

Algumas palavras a mais sobre um primado básico de uma economia mista, para a qual caminhamos firmemente no Brasil. Sua principal exigência é o equilíbrio de evolução entre o setor primário e o secundário.

Desenvolvimento industrial com forte e ampla dependência de mercados externos em matéria de bens primários e de mercados de aquisição para produtos industrializados, onde se vai confrontar com a competência de países muito mais evoluídos, é impraticável. Portanto, industrialmente falando, o desenvolvimento econômico é mais firme se o setor primário, que constitui uma importante parcela da demanda interna de equipamentos de toda a natureza, cresce também. Não existe desenvolvimento satisfatório do setor primário sem que cresça o mercado inter-

no, crescimento que, em escala, depende da industrialização, por sua vez também dependente da evolução do setor agrícola. A dependência rígida, violenta, imperativa, quase total, por parte do setor industrial, das exportações, é fato delicado e sempre perigoso quando não se alcançou ainda um desenvolvimento conveniente na produção secundária.

Desenvolvimento, pois, é fazer evoluir a estrutura da economia, absorvendo tecnologia mais avançada e promovendo volume de inversões orientadas no sentido de fazer com que a trajetória a percorrer tenha delimitação clara e racional. É evitar desequilíbrios inibitórios e assegurar o funcionamento coerente dos instrumentos de política econômica.

II — INFLAÇÃO

Colocado êsse panorama de uma evolução estrutural, que chamamos de desenvolvimento, passemos à segunda parte de nosso tema — inflação.

Os avanços da Ciência Econômica já nos permitem entender bem o fenômeno da inflação. Podemos caracterizá-lo hoje da seguinte forma:

a) inflação com origem no recesso da oferta, de ocorrência quando a produção decai, sobretudo a agrícola:

b) inflação com origem no excesso de demanda monetária, de ocorrência quando os meios de pagamento se expandem descontroladamente;

c) inflação por efeitos de um volume de investimentos acima do que permite a disponibilidade de fatores;

d) inflação com origem em movimentos sincopados do balanço de pagamento, sobretudo por oscilações no movimento comercial externo; e

e) inflação por efeitos psicológicos, isto é, de comportamento coletivo.

Diz-se que a inflação é de preços quando de origem no desequilíbrio entre demanda e oferta de bens finais: excluído o caso de recesso na produção agrícola, êsse tipo de inflação é quase sempre de origem monetária — meios de pagamento se expandindo acima do que permite a taxa de crescimento do Produto.

A inflação de custos origina-se, em geral, num excesso de inversões ante a escassez relativa de fatores de produção disponíveis. Provoca-se, então, o leilão dos fatores, cujos preços, no caso custos, sobem amplamente.

Há espiral inflacionária quando preços e custos sobem em cadeia e em ritmo progressivamente maior.

Juntando as duas partes do tema, — desenvolvimento e inflação — chegamos a êle de modo pleno, e bem assim, à situação atual do Brasil. Temos hoje, neste País, um ritmo dado de desenvolvimento e uma taxa dada de inflação. É, portanto, possível abordar o tema, tendo como ponto de referência o caso brasileiro, em que pesem as peculiaridades que o caracterizam.

Temos presenciado a uma grande celeuma, muito intensa há pouco tempo atrás, e que pode ser expressa através de três postulados:

- I) inflação **com** desenvolvimento ou desenvolvimento **com** inflação;
- II) inflação como **instrumento** de desenvolvimento; e
- III) desenvolvimento **sem** inflação.

Hoje tenta-se uma quarta posição, que se assemelha, mas que não é igual, a primeira — desenvolvimento com combate à inflação.

Inflação com desenvolvimento ou desenvolvimento com inflação, é tema defendido por uma corrente, que não admite se possa desenvolver o País sem provocar sensível precipitado inflacionário, não

aceitando, também, a qualquer título, que se abdique do desenvolvimento. Para essa corrente, a inflação é um dado do processo de desenvolvimento.

Inflação como instrumento do desenvolvimento é defendida por outra corrente, que considera o fenômeno: (a) como estímulo para as inversões dos empresários privados; e (b) como forma de poupança forçada, mais exequível do que a tributação.

Desenvolvimento sem inflação é a tese da terceira corrente de pensamento. Esta só acredita em estabilidade monetária **strictu sensu** e como condição **sine qua** para um desenvolvimento sólido e racional.

A porfia entre as três correntes iniciou-se com polêmica muita conhecida e que acabou por denominar-se de: estruturalistas **versus** monetaristas; essa porfia evoluiu, sendo já do passado a batalha entre estruturalistas e monetaristas, para chegar às três linhas de pensamento acima.

A realidade tem demonstrado, porém, que cada uma das três correntes é vulnerável em sua concepção. Desenvolvimento com inflação é de pouco rendimento e de vida curta, dada as distorções que ocorrem e que levam ao amortecimento do esforço de progresso. Inflação como instrumento do desenvolvimento é uma falácia com-

provada, pois leva a coletividade, rapidamente, às portas do caos social e político. Desenvolvimento sem taxa alguma de inflação ou, o que é mesmo, com estabilidade monetária **tout court**, uma impossibilidade, por efeito do próprio movimento crescente e continuado de inversões que o desenvolvimento exige.

Em conseqüência, surge agora uma quarta corrente de pensamento, que defende a tese — desenvolvimento com simultâneo combate à inflação.

Essa corrente parece mais próxima da realidade pragmática, pelas seguintes razões:

a) o desenvolvimento exige inversões maciças, muitas das quais de razoável período de maturação e ao longo das quais se distribui Renda monetária, sem pronta contrapartida em termos de oferta real;

b) a realização do desenvolvimento, isto é, o crescimento do Produto Bruto “per capita”, com simultâneo e significativo fortalecimento da estrutura de produção, permite, gradativamente, o elástico da oferta real e o incremento da produtividade global, com benéficos resultados sobre custos e preços;

c) processos corretos de conduzir o desenvolvimento permitem boa dosagem da poupança forçada, coerente distribuição social dos ônus respectivos e crescimento **controlado** do consumo global.

O conceito de desenvolvimento com combate à inflação, precisa ser bem entendido. Significa fomentar-se o crescimento do Produto Bruto “per capita” a taxas compatíveis com a disponibilidade de fatores e com a capacidade de cobertura financeira segura. Ao mesmo tempo, pressupõe uma taxa de desvalorização monetária **controlada e mantida em níveis não capazes de promover distorções**.

Não é tarefa de consecução fácil, evidentemente, requerendo sincronia no uso dos diversos instrumentos de política econômica; sobretudo de três deles: — política monetária, política tributária, política salarial. Precisa-se, ademais, contar com razoável e objetiva programação e com uma execução capaz de dar corpo ao planejado.

Em termos de postulados, podemos afirmar que, hoje, desenvolver uma economia dada, que já tenha alcançado a forma mista, trás implícita certa pressão inflacionária, que deve e pode ser mantida sob contróle, de forma tal que não provoque distorções inibitórias ao

próprio ritmo de progresso, nem injustiças sociais capazes de subverterem a ordem e repelirem a aceitação coletiva do esforço a ser realizado.

III — O CASO BRASILEIRO

A economia brasileira já atingiu o estágio de economia mista, tendo adquirido mesmo certo grau de complexidade. O setor primário ainda predomina na formação do Produto, mas o setor secundário compõe larga parcela desse Produto; cresceu também no setor terciário.

Não obstante, é ainda uma economia subdesenvolvida de qualquer ângulo que se a examine: em termos de Renda "per capita", em relação ao aproveitamento das potencialidades de que dispõe e em comparação com os denominados países evoluídos.

O desenvolvimento do País nos últimos 50 anos tem sido notável, mas bastante tumultuado. A partir de 1956 até 1962, acelerou-se a taxa de crescimento, mas com grande aumento da pressão inflacionária. Não é necessário recapitular em detalhe a trajetória percorrida, pois é dos nossos dias e de conhecimento integral.

Analisemos, porém, quais as causas dessa poderosa inflação. Penso terem sido três:

- I) certo desfavor em termos de comércio exterior;
- II) processo de desenvolvimento sem qualquer racionalidade na sua condução; e

III) impróprio exercício dos principais instrumentos de política econômica:

- a) política monetária;
- b) política tributária; e
- c) política salarial.

Realmente, em nenhum momento, até há pouco, tivemos planejamento mais racional para conduzir nosso processo de evolução; nem mesmo as condições básicas de execução do planejado. O uso dos instrumentos de política econômica caracterizou-se por acentuada improvisação e manejo da hora. E nosso comércio exterior, como sabem é extremamente sensível, pela fragilidade de nossa pauta de exportação e pela concentração de nossas compras e vendas.

O Brasil tem inequívocas condições de desenvolver-se economicamente, tornando-se um grande País industrializado. Necessita, porém, superar problemas severos, agravados por algumas peculiaridades, que são, em si mesmas, outros tantos problemas.

O primeiro daqueles problemas é o da educação. O segundo, o decorrente da forte taxa de crescimento demográfico; o terceiro, o das grandes distâncias, que provocam forte insulamento econômico e o quarto, o de uma certa desarticulação financeira entre União e Estados. A solução de cada um deles requer doses maciças de capital, exceção feita ao último, que é de cunho político. A par deles, te-

mos outros não menos importantes, como por exemplo, o do dos desequilíbrios regionais, o dos desequilíbrios setoriais, o do retardo estrutural da base agrária e o da incorporação ao mercado de poderosas faixas de população, que ainda vivem à base de uma economia consutiva. Também êstes requerem, para a respectiva solução, poderosas inversões de capital.

È fácil de ver, pois, que o grande problema dêste País é investir, pois se o desenvolvimento, em si mesmo, requer poderoso esforço de investimento, no caso brasileiro a exigência é ainda mais séria em função do conjunto de situações específicas a que me referi.

Para que o desenvolvimento ocorra sem provocar pressão inflacionária acima da suportável pela economia, são necessárias as seguintes condições basilares:

- a) programação correta e executável, configurando o esforço a ser feito, estabelecendo prioridades da aplicação e assegurando o respectivo rateio das inversões;
- b) correto uso dos instrumentos de política econômica, especialmente da política monetária, da política financeira e da política salarial; e
- c) eficiência na atuação da máquina pública, de cuja

ação depende muito o esforço global da coletividade, eficiência que, me permito dizer, é baixíssima, quase nula.

Destaco também um outro requisito relevante — a coordenação entre as finanças federais e as finanças estaduais. Enfrentamos hoje, no Brasil, um problema delicado, que é a desarticulação entre os dois centros de atividade financeira — a União e os Estados. Dessa desarticulação tem resultado não só sensível perda de rendimento nos esforços coletivos de investimento, como forte pressão inflacionária.

O Govêrno do Marechal Arthur da Costa e Silva está procurando alcançar a meta de combater a inflação, promovendo o desenvolvimento. Em 1967, ano difícil por razões várias, tivemos êxito nesse sentido — a alta de preços foi da ordem de 2/3 da ocorrida em 1966 e o PNB cresceu de cêrca de 5%, ou cêrca de 2% em têrmos «per capita». Para 1968, espera-se igual taxa de elevação de preços e u'a taxa de crescimento do produto um pouco melhor. Para tanto, a política monetária está sendo modulada, a política fiscal vem sendo submetida a adequações e a política salarial busca evitar pressões sôbre custos e preços. A consecução do objetivo de promover o desenvolvimento e, simultaneamente, controlar uma taxa infla-

cionária, que já galopava em 1963/64, é extremamente árdua. Requer sacrifícios grandes da coletividade, pois a melhoria do consumo global tem que ser contida em níveis modestos; exige do Governo Federal extrema habilidade e energia no dosar e selecionar as inversões, impondo-lhe, ademais, uma política creditícia equilibrada e segura.

Dentro da política econômica perseguida pelo Governo, o BNDE atua do lado da oferta real, alcançando três grandes objetivos: (a) fortalecer e diversificar a estrutura de produção; (b) incrementar a oferta real de bens e serviços básicos; (c) melhorar a produtividade da economia. Está o Banco cumprindo as suas atribuições, vindo mesmo de passar por reforma ampla, para ganhar em eficiência. Espero que neste ano de 1968 sua atuação seja plena no sentido de cumprir sua parte na política econômica traçada pelo Chefe do Governo no setor da estrutura econômica.

Pode-se dizer que houve êxito na primeira etapa da luta que se trava em busca do desenvolvimento com combate à inflação. A par da absorção sensível do precipitado inflacionário ocorrida em 1967, reanimou-se a conjuntura, sendo sensivelmente menor da taxa de ociosidade da capacidade instalada que se observava em fins de 1966 e princípios de 1967. Importa agora

promover a retomada dos investimentos pelo setor privado, sem pressões maiores sobre custos e preços. Pessoalmente, vejo que esse objetivo conduz à tomada de cinco medidas que considero básicas.

- 1º) corrigir o sistema de reajustamento dos salários, mas sem demagogia e mantendo o poder real de aquisição destes, como condição para assegurar-se um mínimo de crescimento da demanda global;
- 2º) adequacionar a política, de crédito, quantitativa e qualitativamente, às exigências de um esforço de investimento pelo setor privado;
- 3º) racionalização do mecanismo de proteção aduaneira, para mais racional proteção as inversões internas e melhor disciplina das importações;
- 4º) Aprimorar o sistema de estímulos setoriais outorgados através da ação dos grupos executivos; e
- 5º) corrigir o sistema de correção monetária, de forma a fazê-lo acompanhar o esforço de contenção do custo do dinheiro.

Disse-lhes, aqui, em grandes traços, o que penso sobre desenvolvimento e combate à inflação,

referindo-me também à situação atual do Brasil. Espero ter sido claro, ainda que sucinto.

Peço agora a permissão para abordar algo que, embora pareça fora do tema, está na verdade no seu âmago.

Os problemas nacionais são, todos eles, grandes, complexos, difíceis. Enormes, diria eu. Não os creio, porém apocalípticos. São solucionáveis. O que me pergunto, porém, é se estamos, nós brasileiros, à altura das soluções.

Para mim, fora do desenvolvimento não há saída para a situação nacional, nem política, nem social, nem economicamente. Desenvolver o País, porém, pressupõe outro grau de consciência, mais forte do que o que temos revelado. Consciência do ponto de vista técnico, cívico e do ponto de vista ético.

Preocupo-me muito, e cada vez mais, por exemplo, com a posição de nossas elites, que parecem distantes ainda de suas responsabilidades, muito propensas às polêmicas estéreis e enclausuradas num semiconhecimento que as torna prêsas fáceis da demagogia, das falácias e de um entendimento algo alegre do que é um esforço de desenvolvimento. Parece que nós, brasileiros, e sobretudo as nossas elites, ainda não nos demos conta de que desenvolvimento exige sacrifícios, renúncias, perseverança e racionalidade de comportamento. E que só pode ocorrer se dispu-

sermos de um mínimo de tranqüilidade política, de ordem social, de programação econômica e um máximo de trabalho consciente e ordenado.

Tenho observado, com melancolia, que tanto nos arraiais políticos, como nos técnicos, inexistente ainda a devida consideração para com o problema. Muita energia se perde e grande tumulto se forma com a inesgotável porfia que assistimos em torno de posições e de fórmulas que nada aproveitam ao esforço coletivo que o desenvolvimento impõe.

Este País tem, reafirmo, condições de potencialidade para ser um dos grandes industrializados. E nem nos falta, já, conhecimento satisfatório para encontrar os caminhos do progresso. Oxalá retemperese o nosso espírito cívico e, com êle, a consciência do trabalho a realizar.

SUMARIO BIOGRAFICO



O Professor Jayme Magrassi de Sá, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é Bacharel em Ciências Contábeis e possui os Cursos de Análise Econômica (1955) e Programação Econômica (1957). Fêz o Curso Superior de Guerra, (1955) da Escola Superior de Guerra.

Foi Economista e Técnico em Economia de vários órgãos do Governo do Brasil, Economista, Chefe do Departamento Econômico, Diretor-Substituto, Chefe de Gabinete e Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O Prof. Magrassi é, presentemente, Presidente do BNDE e Presidente do Conselho Consultivo da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Cia. Ferro e Aço de Vitória.